

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº07.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº09.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG)

nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 82ª Reunião Ordinária – 12/12/2013 - 09h00min

Local: ESALQ – Setor de Hidráulica – H02
Piracicaba – São Paulo

Membros Presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima Jacqueline Kássia M. Inocente
CETESB	Maurício Magossi Marcos Zanaga Trapé
DAE Santa Bárbara d'Oeste (Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste)	Rubens Antônio Bacchim da Silva
IAC (Instituto Agrônomo de Campinas)	Isabella Clerici de Maria
P.M de Americana	Eurípedes Fante Raymundo
P.M de Atibaia	Marcos Roberto Albertini
P.M de Jaguariúna	Rafaela Giusti Rossi
P.M de Limeira	Roberta Ribeiro Dalfré
P.M de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski
Rotary Internacional – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A)	Amanda Alves de Lima Jacqueline Kássia M. Inocente
Sindicato Rural de Campinas	João Primo Baraldi
Sindicato Rural de Charqueada	Rodrigo Cunha Ducatti
Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto
Sindicato Rural de Jundiá	Jorge Augusto Calile Soares de Lima
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Picin
Sindicato Rural de Mogi Mirim	Enéas Rodrigues
Sindicato Rural de Piracaia	Fernanda Aparecida Gonçalves Medeiros Santos
Sindicato Rural de Piracaia (Sincato Rural de Piracaia e Região)	Ricardo Dias Pacheco
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
Terceira Via (Associação Terceira Via)	Nelson Luiz Neves Barbosa
TNC (The Nature Conservancy)	Henrique Bracale
UNICA (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo)	André Elia Neto
UNICAMP/FEAGRI (Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Engenharia Agrícola)	Ariovaldo José da Silva

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia (confirmar data). **2. Abertura da 82ª Reunião Ordinária:** O Presidente João Baraldi abriu a reunião, agradeceu a presença de todos. Após a apresentação dos membros, foi concedida a palavra ao Professor Marcos Vinicius Folegatti que deu as boas vindas e que lembrou acontecimentos importantes realizados pela Câmara Técnica. A seguir João Baraldi colocou em apreciação a ata anterior, previamente encaminhada, referente à reunião 81ª em Mogi Mirim. Não houve alterações propostas e a 81ª reunião foi aprovada. Prosseguindo, a palavra foi concedida aos senhores Henrique Bracale e Rafaela Giusti Rossi que apresentaram um projeto das Bacias de Jaguariúna no SICAR. Segundo eles, o projeto é uma iniciativa com o apoio de parceiros: TNC, AMBEV e Prefeitura de Jaguariúna. Como objetivo, o programa pretende conservar e recuperar os mananciais em uma área piloto (mais ou menos 2.100 hectares iniciais). O projeto também está dividido em duas fases: desenvolvimento (a prefeitura como gestora e usando o mecanismo para cadastrar todos os proprietários rurais até meados de 2014, além de reduzir os custos com o tratamento de água) e implantação (ainda em definição de estratégias). O projeto foi questionado quanto a sua esfera voluntária, onde o produtor rural fica livre de participar ou não. Além disso, também foi questionada pela Isabella Clerici de Maria, a preocupação com a conservação do solo, que segundo ela é quase imperceptível no molde inicial. Henrique Bracali aponta a parceria da CATI posteriormente, o foco inicial é um contato com a ANA. As discussões prosseguiram e Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi acredita

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG)

nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 82ª Reunião Ordinária – 12/12/2013 - 09h00min

Local: ESALQ – Setor de Hidráulica – H02
Piracicaba – São Paulo

que os projetos necessitam de uma política que estabelece parâmetros para o seu sucesso. Além disso, João Cabrera apontou que esses programas não podem ser apenas localizados, mas devem atender uma esfera cada vez maior. Henrique Bracale complementa essa informação e mencionou a intenção em atingir um âmbito estadual futuramente. A seguir, a palavra foi concedida para André Pavarini e Leonardo Pinhel, que trabalham na MEP (Consultoria e Ambiental LTDA), apresentando: “O PLANO MUNICIPAL RURAL DE CONTROLE DE EROÇÃO RURAL”. O programa está sendo desenvolvido em Itipira e Torrinha, prevista até Maio de 2014. Conta com a participação da CATI e da CETESB (Licenciamento Ambiental). Mesmo, com a nomenclatura específica, também são contemplados programas em Mananciais e Matas Ciliares. Os engenheiros apontaram que o apoio e o engajamento do produtor rural são fundamentais para o êxito do programa. Inicialmente, realiza uma reunião com os produtores rurais para expor os objetivos do projeto. Depois, é realizado todo um levantamento da área, por meio de estudo de campo ou ferramentas de mapa (Radar 360º). O projeto está sendo financiado pelo FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e tem as prefeituras como tomadoras. Para Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi, a questão do tomador é preponderante, no caso do produtor rural, a via mais simples, seria ele como tomador. Um cooperativismo compromissado poderia servir como uma boa alternativa, segundo ele. Leonardo Pinhel estipula um prazo de sete meses para finalização e um custo a ser calculado por variação média de equipamentos e estados das erosões. **3.**

Considerações Finais: Marcos Zanaga Trapé sugeriu junto à Câmara Técnica o projeto de expansão de áreas verdes. Contando com um Plano Diretor, a ESALQ será a grande mantenedora no quesito pesquisa, o projeto atenderá as áreas mais frábil. Para isso, a CETESB deverá disponibilizar uma lista com as propriedades rurais e as suas características. Não serão contempladas propriedades com passivo ambiental. Também contaram com um cadastro da Secretaria de Meio Ambiente, que constará todos os interessados. Quem optar terá o reflorestamento marcado em sua matrícula. A proposta foi apreciada e votada, sendo aprovada. Uma vez aprovada, o Sr. Coordenador disse que a cópia da presente Ata estaria sendo encaminhada ao Sr. Moretti, Secretario Executivo dos Comitês para análise e verificação dos procedimentos relativos à questão. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada ao meio dia e eu Jacqueline Kássia Menezes Inocente, devido à ausência justificada de Denis Herisson da Silva, redigi a presente Ata que depois de ser impressa, será encaminhada aos membros e apreciada na reunião seguinte.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT – Rural

Nilton Piccin
Coordenador-adjunto da CT- Rural

Jacqueline Kássia M. Inocente
Secretária-adjunta